

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2017, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2018 foi marcado pela migração de clientes para o mercado livre, fato este que contribuiu positivamente para o resultado da Companhia e para o aumento de sua carteira de clientes.

Com atuação em todo o território brasileiro, as vendas de energia, que compreendem o suprimento a clientes livres e contratos bilaterais, atingiram 20.134 GWh.

Com base em seu histórico de sucesso e no compromisso com a satisfação plena das exigências de seus clientes, a expectativa é de que a Companhia mantenha-se em posição de destaque no mercado de comercialização de energia.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017 e 2018. Porém, diversas denúncias de corrupção e a greve dos caminhoneiros de maio de 2018 travaram a pauta de reformas e limitaram a velocidade da recuperação econômica.

Ademais, a demanda externa, que vinha ajudando na recuperação da economia doméstica até o começo de 2018, registrou perda de fôlego relevante. Alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a China e a União Europeia, vêm registrando significativa desaceleração, ao passo que a Argentina, principal destino de nossas exportações de manufaturados, tem enfrentado um período de expressiva contração econômica. Nesse cenário, a produção da indústria brasileira encerrou o ano passado praticamente estagnada.

Apesar da morosidade da recuperação econômica e da ainda elevada vulnerabilidade fiscal, diversos fundamentos macroeconômicos brasileiros registraram melhora ao longo do biênio 2017-18. O principal destaque foi a desaceleração da inflação e a ancoragem das expectativas inflacionárias. O cumprimento confortável das metas de inflação, num contexto em que a

ociosidade de nossa economia continua muito elevada, sobretudo no mercado de trabalho, permitiu ao Banco Central reduzir a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos, ajudando a destravar o mercado de crédito.

O ano de 2019 se inicia com expectativas mais auspiciosas, como sugere a melhora de diversos indicadores financeiros. Com efeito, o risco-Brasil vem recuando ante a expectativa de que as reformas, sobretudo a previdenciária, serão retomadas no novo governo; e a bolsa de valores brasileira vem registrando ganhos significativos, na contramão dos movimentos de correção observados nas bolsas internacionais.

Num contexto de acomodação da cotação cambial, as expectativas inflacionárias têm permanecido ancoradas às metas: a mediana das projeções das instituições de mercado para a alta do IPCA, índice que baliza as metas de inflação, encontra-se ao redor de 4% para 2019¹, um pouco abaixo da meta de 4,25% estabelecida para este ano. Com isso, a expectativa é de que o Banco Central manterá a política monetária em terreno expansionista por um bom tempo. A mediana das projeções de mercado para a taxa básica Selic no encerramento deste ano encontra-se na casa de 7%¹ ao ano.

O impulso que a política monetária expansionista dará ao mercado de crédito, somado à tendência (ainda que lenta e irregular) de redução dos níveis de desemprego e de recuperação da massa de rendimentos, tenderá a amparar o consumo das famílias, que deverá continuar em moderada aceleração ao longo de 2019. Já a melhora da confiança empresarial, apoiada na expectativa de retomada das reformas, poderá conferir maior dinamismo à retomada do investimento – que, por ora, recuperou uma parte muito modesta da forte contração observada durante da recessão.

Apesar das expectativas mais alvissareiras, o cenário para 2019 continua a enfrentar riscos nada desprezíveis. O principal deles continua a ser de natureza política: uma eventual frustração com a retomada das reformas tenderia a provocar forte recrudescimento da volatilidade cambial e deterioração da confiança privada, com impactos sobre o consumo e o investimento. O ambiente externo, por sua vez, tende a seguir desafiador, com as principais economias mundiais atravessando um período de esfriamento.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo ainda moderado. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2018, conforme divulgado pelo IBGE, para cerca de 2,5% em 2019¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo. Assim, a expectativa é que o PIB recupere o nível real do começo de 2014 apenas em meados de 2020¹.

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 18/01/19.

3. Desempenho operacional

Vendas de energia: as vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais alcançaram 20.134 GWh em 2018, o que representou um aumento de 0,34% (68 GWh), devido ao aumento das vendas para clientes finais e em contratos bilaterais. Nos últimos anos, a CPFL Brasil vem concentrando esforços na venda de energia para clientes especiais, que adquirem energia de fontes alternativas.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: Em 2018, a CPFL Brasil alcançou receita líquida de R\$ 3.492 milhões, um aumento de 2,4% (R\$ 82 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</i>		
	2018	2017
Lucro Líquido	91.502	94.455
Depreciação e Amortização	2.344	3.052
Amortização Mais Valia de Ativos	3.530	(551)
Resultado Financeiro	13.186	33.110
Contribuição Social	7.156	11.643
Imposto de Renda	20.260	32.339
EBITDA	137.977	174.048

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 138 milhões, uma redução de 20,7% (R\$ 36 milhões), devido principalmente ao aumento de 4,9% (R\$ 157 milhões) no custo com energia elétrica, parcialmente compensado pelo aumento de 2,4% (R\$ 91 milhões) na receita líquida, e pelo aumento de R\$ 34 milhões no resultado da equivalência patrimonial.

Lucro Líquido: Em 2018, a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 92 milhões, uma redução de 3,1% em relação 2017, refletindo a redução de R\$ 36 milhões no EBITDA (20,7%), parcialmente compensada pela redução de 3,2% nos gastos com depreciação e amortização (R\$ 0,7 milhão), pela redução nas despesas financeiras líquidas de R\$ 20 milhões (60,2%) e pela redução das despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 17 milhões).

Endividamento: no final de 2018, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 671 milhões, uma redução de 20,8%.

5. Investimentos

Em 2018, foram investidos R\$ 2,9 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão, com indicadores e metas relacionadas a temas relevantes para a sustentabilidade no Grupo CPFL, definidos com base em seu posicionamento e sua estratégia, bem como na perspectiva dos principais públicos de relacionamento. A partir de 2018, incorporamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a Plataforma, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: mantemos foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, como o estudo interno sobre precificação de carbono e a estruturação do portfólio de produtos de baixo carbono do grupo, atuando junto a iniciativas nacionais e internacionais.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): Atualmente, o SGDE é composto por 7 elementos, considerados chaves para a atuação da holding e de suas empresas controladas na cultura da gestão da ética, que são: (i) Código de Conduta Ética; (ii) Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET); (iii) Regimento Interno do COMET; (iv) Canal Externo de Ética; (v) CPD (Comissão de Processamento de Denúncias); (vi) Plano de Divulgação; e (vii) Capacitação. Podemos destacar as seguintes ações realizadas em 2018: a) Pílulas da Integridade (comunicados internos) específicas sobre diretrizes do Código de Conduta Ética; b) Treinamentos presenciais sobre Integridade e Ética para Público Sensível (Jurídico, Regulatório, RH, Poder Público), Eletricistas e colaboradores da CPFL Atende (Call Center); c) Evento para celebrar o dia Internacional Contra a Corrupção que, entre outras ações, contou com um debate sobre o tema e a participação do Presidente da CPFL Energia (Andre Dorf) e demais convidados: Alípio Casali (Filósofo e Membro do Comitê de Ética), Ricardo Voltolini (Consultor e Escritor) e Marcela Varani (Jornalista); d) Palestra sobre Integridade, Compliance e Ética proferida por renomado profissional de *Compliance* do mercado para os executivos da CPFL Energia. O Comitê de Ética e Conduta Empresarial também realizou 11 reuniões em 2018 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da CPFL Brasil.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, a KPMG prestou serviços de asseguarção de *covenants*, revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF), revisão contábil - Escrituração Contábil Digital (ECD), serviços de *compliance* tributário e treinamento em IFRS.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2018. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	94.306	238.234	94.874	240.648
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	334.804	622.570	334.848	625.703
Dividendo e juros sobre o capital próprio	10	392	98	-	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	5.429	2.772	5.527	2.855
Outros tributos a compensar	7	4.928	2.966	5.257	3.027
Derivativos	26	978	-	978	-
Outros créditos	9	72.732	68.349	74.127	69.683
Total do circulante		513.569	934.989	515.611	941.915
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	318.249	-	321.106	-
Coligadas, controladas e controladora	24	2.083	1.203	-	-
Depósitos judiciais	18	552	698	552	698
Outros tributos a compensar	7	1.808	2.009	1.809	2.009
Derivativos	26	74.032	10.208	74.032	10.208
Créditos fiscais diferidos	8	726	1.216	1.346	1.221
Outros créditos	9	24	32	24	32
Investimentos	10	431.556	407.785	427.992	402.938
Imobilizado	11	3.268	3.667	3.268	3.667
Intangível	12	11.654	10.908	12.563	11.719
Total do não circulante		843.953	437.727	842.692	432.493
Total do ativo		1.357.522	1.372.717	1.358.303	1.374.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Fornecedores	13	284.838	363.860	285.564	365.404
Empréstimos e financiamentos	14	153.070	47.836	153.070	47.836
Debêntures	15	928	3.328	928	3.328
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	-	-	-	73
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	10.299	9.531	10.303	9.567
Dividendo e juros sobre capital próprio	24.2	113.534	23.109	113.534	23.109
Obrigações estimadas com pessoal		1.819	1.994	1.819	1.994
Derivativos	26	2.496	1.537	2.496	1.537
Outras contas a pagar	17	15.311	14.035	15.361	14.072
Total do circulante		582.293	465.229	583.074	466.920
Não circulante					
Fornecedores		81.046	-	81.046	-
Empréstimos e financiamentos	14	476.353	409.494	476.353	409.494
Debêntures	15	112.952	395.221	112.952	395.221
Débitos fiscais diferidos	8	22.754	-	22.754	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	6.720	4.748	6.720	4.748
Outras contas a pagar	17	2.725	1.931	2.725	1.931
Total do não circulante		702.549	811.395	702.549	811.395
Patrimônio líquido					
	19				
Capital social		3.000	3.000	3.000	3.000
Reserva de capital		(16.139)	(4.911)	(16.139)	(4.911)
Reserva legal		22.119	27.030	22.119	27.030
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		59.701	-	59.701	-
Dividendo		-	70.841	-	70.841
Resultado abrangente acumulado		3.999	133	3.999	133
Total do patrimônio líquido		72.680	96.093	72.680	96.093
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.357.522	1.372.717	1.358.303	1.374.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	20	3.489.010	3.396.345	3.492.161	3.409.871
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	21	(3.346.617)	(3.184.061)	(3.352.745)	(3.196.028)
Custo de operação	22	(12.740)	(11.376)	(12.745)	(11.392)
Lucro operacional bruto		129.653	200.908	126.671	202.451
Despesas operacionais					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	251	(893)	251	(893)
Outras Despesas com vendas	22	(1.293)	(2.706)	(1.293)	(2.707)
Despesas gerais e administrativas	22	(35.757)	(33.880)	(36.432)	(34.714)
Outras despesas operacionais	22	942	(303)	942	(303)
Resultado do serviço		93.795	163.126	90.139	163.833
Resultado de participações societárias	10	39.237	8.327	41.965	7.715
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	45.584	25.428	45.929	25.659
Despesas financeiras	23	(59.084)	(58.714)	(59.115)	(58.769)
		(13.500)	(33.286)	(13.186)	(33.110)
Lucro antes dos tributos		119.532	138.167	118.917	138.437
Contribuição social	8	(7.320)	(11.565)	(7.156)	(11.643)
Imposto de renda	8	(20.710)	(32.147)	(20.260)	(32.339)
		(28.030)	(43.712)	(27.415)	(43.982)
Lucro líquido do exercício		91.502	94.455	91.502	94.455
Lucro líquido básico e diluído		30,50	31,50	30,50	31,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do período	91.502	94.455	91.502	94.455
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(1.203)	-	(1.203)	-
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.670)	-	(1.670)	-
Resultado abrangente do período	88.629	94.455	88.629	94.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.999	-	599	26.431	-	79.025	-	109.054
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	94.455	94.455
Outros resultados abrangentes - perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	133	133
Mutações internas do patrimônio líquido								
Constituição de reserva legal	-	-	1	-	-	-	(1)	-
Transações de capital com os acionistas								
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(20.748)	(20.748)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(2.777)	(2.777)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	70.343	(70.343)	-
Juros sobre capital próprio adicional proposto	-	-	-	-	-	498	(586)	(88)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	(78.037)	-	(78.037)
Aprovação da proposta de JCP	-	-	-	-	-	(988)	-	(988)
Perda em participação sem alteração no controle	-	(4.911)	-	-	-	-	-	(4.911)
Aumento de capital com captação de reserva de lucros	1	-	-	(1)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.000	(4.911)	600	26.430	-	70.841	133	96.093
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	91.502	91.502
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.069	(1.670)
Efeito da aplicação inicial do IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(2.187)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(1.203)	(1.203)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	-	59.701	-	(59.701)	-
Reversão de reserva de capital por perda em investimento	-	4.911	-	-	(4.911)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas								
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(19.991)	(19.991)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	(70.343)	-	(70.343)
Aprovação da proposta de JCP	-	-	-	-	-	(498)	-	(3.382)
Perda em participação sem alteração no controle	-	(16.139)	-	-	-	-	-	(16.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.000	(16.139)	600	26.430	54.790	-	3.999	72.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes dos tributos	119.532	138.167	118.917	138.437
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	2.323	3.033	2.344	3.052
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.304	1.537	2.304	1.538
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(251)	892	(251)	893
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	52.246	54.725	52.208	54.650
Equivalência patrimonial	(39.237)	(8.327)	(41.966)	(7.715)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(942)	303	(942)	303
	135.975	190.330	132.613	191.158
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(30.233)	(424.407)	(30.001)	(427.185)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	-	128	-	-
Tributos a compensar	579	3.579	322	3.726
Depósitos judiciais	174	(27)	174	(27)
Outros ativos operacionais	(3.297)	(5.174)	(3.248)	(5.139)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	2.023	163.716	1.205	165.208
Outros tributos e contribuições sociais	335	209	289	217
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(686)	(325)	(686)	(325)
Outros passivos operacionais	2.622	4.938	2.634	4.364
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	107.492	(67.033)	103.302	(68.002)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(32.911)	(51.679)	(32.911)	(51.679)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.657)	(44.388)	(7.754)	(44.590)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	66.924	(163.100)	62.637	(164.271)
Atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(457)	(1.079)	(457)	(1.079)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	-	-	1.230
Adições de intangível	(2.349)	(1.177)	(2.469)	(1.848)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.739)	-	-	-
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(822)	31.415	-	32.533
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(5.367)	29.159	(2.926)	30.836
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e debêntures	262.848	400.000	262.848	400.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(450.821)	-	(450.821)	-
Liquidação de operações com derivativos	(14.653)	(4.516)	(14.653)	(4.516)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(2.859)	(166.695)	(2.859)	(166.695)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	-	(50.029)	-	(50.028)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(205.485)	178.760	(205.485)	178.761
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(143.928)	44.819	(145.774)	45.326
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	238.234	193.415	240.648	195.322
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	94.306	238.234	94.874	240.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
1 - Receita	3.940.352	3.836.468	3.943.995	3.852.209
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.937.295	3.835.104	3.940.820	3.850.175
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	2.806	2.256	2.924	2.927
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	251	(892)	251	(893)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.703.626)	(3.523.244)	(3.711.148)	(3.537.910)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.687.732)	(3.508.608)	(3.694.484)	(3.521.794)
2.2 Material	(314)	(1.099)	(314)	(1.099)
2.3 Serviços de terceiros	(10.835)	(9.508)	(11.594)	(10.968)
2.4 Outros	(4.745)	(4.029)	(4.755)	(4.049)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	236.726	313.224	232.847	314.299
4 - Retenções	(2.323)	(3.033)	(2.344)	(3.052)
4.1 Depreciação e amortização	(2.323)	(3.033)	(2.344)	(3.052)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	234.403	310.192	230.503	311.247
6 - Valor adicionado recebido em transferência	86.962	34.932	90.056	34.567
6.1 Receitas financeiras	47.726	26.605	48.092	26.852
6.2 Equivalência patrimonial	39.237	8.327	41.965	7.715
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	321.365	345.124	320.560	345.814
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	28.261	27.450	28.261	27.461
8.1.1 Remuneração direta	15.773	17.203	15.773	17.209
8.1.2 Benefícios	11.021	8.984	11.021	8.987
8.1.3 F.G.T.S	1.467	1.263	1.467	1.264
8.2 Impostos, taxas e contribuições	141.962	165.389	141.140	166.034
8.2.1 Federais	45.175	74.072	44.302	74.551
8.2.2 Estaduais	96.774	91.308	96.826	91.475
8.2.3 Municipais	12	9	12	9
8.3 Remuneração de capital de terceiros	59.641	57.830	59.657	57.864
8.3.1 Juros	59.056	57.155	59.064	57.179
8.3.2 Aluguéis	584	676	594	685
8.4 Remuneração de capital próprio	91.502	94.455	91.502	94.455
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	2.884	3.363	2.884	3.363
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	19.991	91.091	19.991	91.091
8.4.3 Lucros retidos	68.627	-	68.627	-
	321.365	345.124	320.560	345.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - CEP: 13088-900, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”).

A Companhia possui as seguintes participações nas seguintes empresas:

1.1 Controladas Operacionais

CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.

Controlada integral da Companhia, a Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. (“CPFL Meridional”), localizada na Rua Mario de Boni, 1902 - Bairro Floresta - Caxias do Sul - RS - CEP: 95012-580, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

Controlada integral da Companhia, a CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (“CPFL Cone Sul”), localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino – Campinas – SP, CEP: 13088-900, é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

Sul Geradora Participações S.A.

Com participação de 99,95% da Companhia, a Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”), localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino – Campinas – SP, CEP: 13088-900, é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação.

CPFL Brasil Varejista S.A.

Controlada integral da Companhia, a CPFL Brasil Varejista S.A. (“CPFL Brasil Varejista”), foi constituída em 2 de dezembro de 2014 estando localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino – Campinas – SP, CEP: 13088-900, sendo uma sociedade por ações de capital fechado com o propósito de comercializar energia bem como assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

1.2 Coligadas

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Com participação de 10,989% da Companhia, a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE SUL”), localizada na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo - RS, sendo uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Está

autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e no consolidado o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 68.724 e R\$ 67.463, respectivamente. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 8 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 26 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 9 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 11 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 18 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 20 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento não faturado).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2018 descritas na nota explicativa 3.12.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação de determinadas novas normas contábeis, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas, sendo os efeitos cumulativos das aplicações iniciais reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 diretamente em Lucros Acumulados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Instrumentos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento).

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Os ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Ativos financeiros mantidos para venda	Os ativos são mensurados ao valor justo e as variações no valor justo (exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida) são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.
--	---

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Valor justo por meio do resultado (VJR): Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- o é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- o seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- o é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- o seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 26). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se:

– a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

– como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Companhia mantém política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Companhia relacionados a compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 26.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões e *software*.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão

sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

– Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 requer o modelo de perda de crédito esperada, em lugar do modelo de perda de crédito “incorrida” mencionada no IAS 39 / CPC 38.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto

prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.11 Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

3.12 Novas normas e interpretações vigentes

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018:

a) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, a norma IFRS 9 / CPC 48, estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros passam a ser classificados em três categorias, baseados no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos estabelecidos pelo IAS 39 / CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, no lugar do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39 / CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Isso significa dizer que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos no IAS 39, mas traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*. Houve a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como a Companhia não aplica a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não houve impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas em função das alterações da norma sobre este tópico.

Com as mudanças do risco de crédito, os passivos financeiros que estavam designados a valor justo contra o resultado até o exercício de 2017, geraram impactos nos registros referentes às mudanças no risco de crédito em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. Os efeitos acumulados da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma perda de R\$ 10.210 (R\$ 6.739 líquido dos efeitos tributários) em lucros acumulados, cuja contrapartida foi a conta de outros resultados abrangentes.

b) IFRS 15 / CPC 47 - Receita de contratos com clientes

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

De acordo com os requerimentos do pronunciamento a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

c) IFRIC 22 / ICPC 21 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 8 de dezembro de 2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo desta interpretação, a Administração da Companhia avalia que o IFRIC 22 não causou nem causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial efeito da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e espera um impacto imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas.

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o pronunciamento, e sua adoção não causou impactos materiais nestas demonstrações financeiras.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

A IFRS 23 / ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação preliminarmente e não espera impactos materiais na adoção desta interpretação.

c) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2015 - 2017

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 12 de dezembro de 2017 foram publicadas medidas referentes ao ciclo 2015-2017, com início a partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 3 Combinações de Negócios e IFRS 11 Negócios em Conjunto - esclarece que quando uma entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação em conjunto, ela mensura interesses anteriormente mantidos naquele negócio. Sobre a IFRS 11, esclarece que quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade não repassa as participações anteriormente detidas naquele negócio.

IAS 12 Imposto de Renda - esclarece os requisitos sobre as exigências dos efeitos do reconhecimento do imposto de renda de dividendos referentes as transações ou eventos que geraram lucros a distribuir.

IAS 23 Custos de Empréstimos - esclarece que se qualquer empréstimo permanecer em aberto após o ativo relacionado estar disponível para uso ou venda, esse empréstimo torna-se parte dos recursos que uma entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldos bancários	910	368	1.444	472
Aplicações financeiras	93.396	237.866	93.430	240.175
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	1.051	-	1.051
Certificado de depósito bancário (b)	86.395	-	86.429	-
Operações compromissadas em debêntures (b)	7.001	-	7.001	-
Fundos de investimento (c)	-	236.815	-	239.124
Total	94.306	238.234	94.874	240.648

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").
- b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,3% do CDI.
- c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 79% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vencidos	Vencidos		Total		Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2018	31/12/2017		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2018	31/12/2017
Circulante										
Faturado	163.320	4.814	2.642	170.776	180.331	164.558	4.908	2.642	172.108	180.331
Não faturado	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)	819
Operações realizadas na CCEE	8.278	-	1.403	9.681	275.887	8.277	287	1.428	9.992	278.321
Concessionárias e permissionárias	159.847	-	5.861	165.708	177.964	158.256	-	5.864	164.120	177.852
	331.445	4.814	9.906	346.165	634.182	331.088	5.195	9.934	346.217	637.323
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(11.360)	(11.611)				(11.368)	(11.619)
Total				334.804	622.570				334.848	625.703
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE	-	318.249	-	318.249	-	2.857	318.249	-	321.106	-
	-	318.249	-	318.249	-	2.857	318.249	-	321.106	-
Total				318.249	-				321.106	-

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE; e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2016	(10.726)
Provisão revertida (constituída) líquida	(893)
Saldo em 31/12/2017	(11.619)
Provisão revertida (constituída) líquida	251
Saldo em 31/12/2018	(11.368)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	1.391	330	1.399	330
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	3.607	1.958	3.625	1.958
Imposto de renda e contribuição social a compensar	431	484	504	568
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.429	2.772	5.527	2.855
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.287	1.131	3.317	1.192
Programa de integração social - PIS	292	326	346	326
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.348	1.507	1.594	1.507
Outros	1	2	1	2
Outros tributos a compensar	4.928	2.966	5.257	3.027
Total circulante	10.358	5.738	10.785	5.882
Não circulante				
ICMS a compensar	1.808	2.009	1.809	2.009
Total não circulante	1.808	2.009	1.809	2.009

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	162	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(5.848)	305	(5.844)	307
Subtotal	(5.848)	305	(5.682)	307
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	444	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(16.180)	911	(16.171)	915
Subtotal	(16.180)	911	(15.726)	915
Total	(22.028)	1.216	(21.408)	1.221
Total crédito fiscal	726	1.216	1.346	1.221
Total débito fiscal	(22.754)	-	(22.754)	-

8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	749	2.079	571	1.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.023	2.840	1.045	2.903
Provisão relacionada a pessoal	390	1.085	303	843
Derivativos	(8.258)	(22.938)	(1.411)	(3.919)
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(37)	(104)	(472)	(1.311)
Outros	289	867	270	812
Total	(5.844)	(16.171)	307	915

8.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	Consolidado
2019	4.164
2020	927
2021	927
2022	927
2023	927
2024 a 2026	1.492
2027 a 2029	566
Total	9.928

8.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017:

	Controladora			
	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	119.532	119.532	138.167	138.167
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(39.237)	(39.237)	(8.327)	(8.327)
Juros sobre o capital próprio	(2.884)	(2.884)	(3.363)	(3.363)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.923	5.428	2.027	2.110
Base de cálculo	81.334	82.839	128.504	128.587
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(7.320)	(20.710)	(11.565)	(32.147)
Corrente	(581)	(1.991)	(9.770)	(27.161)
Diferido	(6.739)	(18.719)	(1.795)	(4.986)

	Consolidado			
	2018		2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	118.917	118.917	138.437	138.437
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(41.965)	(41.965)	(7.715)	(7.715)
Juros sobre o capital próprio	(2.884)	(2.884)	(3.363)	(3.363)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.923	5.428	2.031	2.019
Base de cálculo	77.991	79.496	129.390	129.378
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(7.019)	(19.874)	(11.645)	(32.345)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(136)	(386)	2	5
Total	(7.156)	(20.260)	(11.643)	(32.339)
Corrente	(581)	(1.991)	(9.850)	(27.357)
Diferido	(6.573)	(18.269)	(1.794)	(4.982)

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 24.842 referem-se a diferenças temporárias.

8.5 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as controladas da Companhia possuíam créditos de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 522 (débitos de R\$ 7 em 31 de dezembro de 2017). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(9) OUTROS CRÉDITOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos - Fundação CESP	49	83	24	24	49	83	24	24
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	1.390	1.328	-	-
Despesas antecipadas	158	259	-	9	158	261	-	9
Adiantamentos a funcionários	236	152	-	-	236	152	-	-
Indenizações (*)	71.593	66.740	-	-	71.593	66.740	-	-
Outros	697	1.114	-	-	700	1.118	-	-
Total	72.732	68.349	24	32	74.127	69.683	24	32

Indenizações - Refere-se aos montantes a receber relativo a indenizações contratuais com a CPFL Renováveis, pela não entrega de compra de energia elétrica no ano de 2016.

(10) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	407.514	381.953	405.750	377.167
Mais valia de ativos, líquidos	22.242	25.771	22.242	25.771
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.739	-	-	-
Ágio de rentabilidade futura	61	61	-	-
Total	431.556	407.785	427.992	402.938

10.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2018				31/12/2018		31/12/2017		2018	2017
			Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Meridional (*)	600.000	100,00	376	600	131	(90)	131	221	(90)	(107)		
CPFL Cone Sul	573.016	100,00	275	573	75	(125)	75	200	(125)	(105)		
CPFL Jaguariúna Part Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.851)		
Sul Geradora	17.218.070	99,9532	12	17.218	(44)	(85)	(44)	41	(85)	(143)		
CPFL Varejista	4.010.000	100,00	7.689	4.010	1.603	(2.428)	1.603	4.324	(2.428)	968		
RGE SUL	123.676	10,9892	9.484.228	2.788.107	3.912.313	300.379	405.750	377.167	45.494	13.015		
Mais valia de ativos, líquidos							-	-	(3.530)	551		
Total (Consolidado)							407.515	381.953	39.237	8.327		

(*) Quantidade refere-se a quotas

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios são classificados, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 3.530 (R\$ 551 em 2017) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação do investimento para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Investimento	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Saldo em 31/12/2018
CPFL Meridional	221	(90)	-	-	-	131
CPFL Cone Sul	200	(125)	-	-	-	75
CPFL Brasil Varejista	4.324	(2.428)	-	(294)	-	1.603
Sul Geradora Participações	41	(85)	-	-	-	(44)
RGE Sul	377.167	45.494	(879)	-	(16.032)	405.750
	381.953	42.766	(879)	(294)	(16.032)	407.515

Investimento	Saldo em 31/12/2016	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reestruturação societária	Saldo em 31/12/2017
CPFL Meridional	328	-	(107)	-	-	-	221
CPFL Cone Sul	285	20	(105)	-	-	-	200
CPFL Brasil Varejista	3.454	-	968	-	-	-	4.324
Sul Geradora Participações	(81)	265	(143)	-	-	-	41
CPFL Jaguariúna	-	400.000	(5.851)	-	(400.000)	941	-
RGE Sul	-	-	13.015	133	-	364.019	377.167
	3.987	400.285	7.777	133	(400.000)	364.959	381.953

10.2 Dividendos a Receber

A companhia possui saldos de dividendos a receber de R\$ 392 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2017) com a controlada CPFL Brasil Varejista.

10.3 Reestruturações societárias

10.3.1 Incorporação CPFL Jaguariúna

Em AGE realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a incorporação da CPFL Jaguariúna pela RGE Sul. A incorporada, por consequência foi extinta, passando a RGE Sul a condição de sucessora dos seus bens, direitos e obrigações.

No momento da incorporação, foram aplicados os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, de modo que uma provisão retificadora do ágio fosse registrada, gerando um crédito fiscal no montante de R\$ 99.981. Para recompor seus investimentos, a Companhia e a CPFL Energia registraram, de forma proporcional aos seus investimentos na RGE Sul, (i) um intangível de concessão recomposto no montante de R\$ 45.594 e R\$ 148.487 respectivamente, no montante total de R\$ 194.081, correspondente à mais valia dos intangíveis de infraestrutura da distribuição e de exploração da concessão; e (ii) um ajuste líquido de mais e menos valia no montante de R\$ 20.452 e R\$ 66.607, respectivamente, correspondentes ao valor justo de

provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, menos valia de consumidores e mais valia de ativo de indenização. Ambos os montantes são indedutíveis para fins fiscais na Companhia e na CPFL Energia.

10.3.2 Agrupamento das controladas RGE e RGE Sul

Em 04 de dezembro de 2018 por meio da Resolução Autorizativa nº 7.499/2018, a ANEEL autorizou o agrupamento das distribuidoras de energia elétrica RGE e RGE Sul, nos termos da Resolução Normativa nº 716/2016 de 03 de maio de 2016. A partir de 1 de janeiro de 2019 as operações destas controladas passaram a ser realizadas somente pela RGE Sul, que passou a ter como nome fantasia “RGE”. Esta operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 31 de dezembro de 2018.

(11) IMOBILIZADO

	Consolidado					
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2016	98	1.296	1.454	660	524	4.031
Custo histórico	102	2.805	3.700	5.214	524	12.345
Depreciação acumulada	(4)	(1.509)	(2.246)	(4.554)	-	(8.314)
Adições	-	-	-	-	1.079	1.079
Baixas	-	-	(359)	-	-	(359)
Transferências	-	126	-	102	(228)	-
Depreciação	(4)	(434)	(420)	(282)	-	(1.139)
Baixa da depreciação	-	-	55	-	-	55
Saldo em 31/12/2017	94	988	731	480	1.375	3.667
Custo histórico	102	2.931	3.341	5.317	1.375	13.066
Depreciação acumulada	(8)	(1.944)	(2.610)	(4.837)	-	(9.398)
Adições	-	-	-	-	457	457
Baixas	-	(2.729)	(318)	-	-	(3.047)
Transferências	42	67	622	17	(749)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	3.860	-	-	-	3.860
Depreciação	(4)	(392)	(278)	(47)	-	(721)
Baixa da depreciação	-	2.729	182	-	-	2.912
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	-	(3.860)	-	-	-	(3.860)
Saldo em 31/12/2018	133	663	940	449	1.083	3.268
Custo histórico	144	4.129	3.647	5.333	1.083	14.337
Depreciação acumulada	(12)	(3.466)	(2.706)	(4.884)	-	(11.068)
Taxa média de depreciação 2018	3,33%	15,86%	14,29%	6,25%		
Taxa média de depreciação 2017	3,33%	6,52%	7,91%	6,25%		

11.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(12) INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Ágio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	61	11.722	11.783
Custo histórico	98	31.208	31.306
Amortização acumulada	(37)	(19.486)	(19.523)
Adições	-	1.848	1.848
Amortização	-	(1.913)	(1.913)
Saldo em 31/12/2017	61	11.658	11.719
Custo histórico	98	33.056	33.154
Amortização acumulada	(37)	(21.398)	(21.435)
Adições	-	2.468	2.468
Amortização	-	(1.623)	(1.623)
Saldo em 31/12/2018	61	12.502	12.563
Custo histórico	98	35.524	35.622
Amortização acumulada	(37)	(23.022)	(23.059)

Outros ativos intangíveis - O saldo é composto basicamente por *softwares* adquiridos pela Companhia com vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 (R1) IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

(13) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Circulante</u>				
Encargos de serviço do sistema	-	-	79	56
Suprimento de energia elétrica	280.333	361.651	280.904	362.784
Materiais e serviços	4.504	2.209	4.581	2.564
Total	284.838	363.860	285.564	365.404
<u>Não circulante</u>				
Suprimento de energia elétrica	81.046	-	81.046	-
Total	81.046	-	81.046	-

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	469.579	103.000	(50.821)	13.953	78.435	(12.245)	601.901
Euro	-	45.000	-	107	2.140	(73)	47.174
Marcação a mercado	(12.248)	-	-	(7.405)	-	-	(19.653)
Total ao valor justo	457.330	148.000	(50.821)	6.655	80.575	(12.318)	629.423
Total	457.330	148.000	(50.821)	6.655	80.575	(12.318)	629.423
Circulante	47.836						153.070
Não Circulante	409.494						476.353

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantias
		31/12/2018	31/12/2017		
Mensuradas ao valor justo - moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 2,3% a 4,18%	601.902	469.578	2018 a 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		601.902	469.578		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,42%	47.174	-	2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		47.174	-		
Marcação a mercado		(19.653)	(12.249)		
Total moeda estrangeira		629.423	457.330		
Total		629.423	457.330		

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com os CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 629.423 (R\$ 457.330 em 31 de dezembro de 2017).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2018 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 19.653 (ganho de R\$ 12.249 em 31 de dezembro de 2017), deduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 19.238 (R\$ 7.005 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 26), geraram um ganho líquido total de R\$ 415 (ganho total de R\$ 5.244 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2020	494.129
Subtotal	494.129
Marcação a mercado	(17.777)
Total	476.353

Principais adições no exercício

Modalidade	R\$ mil				
	Total aprovado	Liberado em 2018	Liberado líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	Destinação dos recursos
Moeda Estrangeira:					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131) (a)	148.000	148.000	148.000	Trimestral	Refinanciamento de Dívida, Capital de Giro
Total		148.000	148.000		

(a) CPFL Energia: (i) Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,75 vezes; (ii) EBITDA/Resultado Financeiro \geq 2,25 vezes.

Condições restritivas

Os empréstimos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

(15) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	406.059	115.000	(400.000)	(887)	(1.514)	118.658
Gastos com emissão	(7.510)	(152)	-	2.883	-	(4.779)
Total	398.549	114.848	(400.000)	1.996	(1.514)	113.880
Circulante	6.059					3.658
Não Circulante	400.000					115.000

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros a.a.	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2018	31/12/2017		
Mensuradas ao custo - pós fixado					
CDI	114,5% do CDI	-	406.059	2019	Aval CPFL Energia
	CDI + 0,27%	(a)	118.658	2020	Fiança da CPFL Energia
	Gastos com emissão	(4.779)	(7.510)		
	Total Consolidado	113.880	398.549		

Taxa efetiva:

(a) 106,1% do CDI

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC 48/IFRS 9, classificou suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2020	112.952
Total	112.952

Principais adições no exercício

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil	
			Liberado em 2018	Liberado líquido dos gastos de emissão
Pós fixado				
CDI	4ª emissão	115.000	115.000	115.000
			115.000	115.000

Pré-pagamento:

No ano de 2018, foram liquidadas antecipadamente R\$ 400.000 de debêntures cujos vencimentos originais eram de outubro de 2020.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os índices são os seguintes: i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

(16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	-	66
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	-	7
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	73
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.645	7.513	8.645	7.513
Programa de integração social - PIS	205	293	205	297
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	945	1.351	945	1.370
Outros	504	373	509	387
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	10.299	9.531	10.303	9.567
Total Circulante	10.299	9.531	10.303	9.640

(17) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	-	699	-	-	-	699	-	-
Adiantamentos	8.167	6.325	9	12	8.217	6.363	9	12
Folha de pagamento	417	410	-	-	417	410	-	-
Participação nos lucros	5.897	4.214	886	783	5.897	4.214	886	783
Outros	830	2.385	1.831	1.136	830	2.385	1.831	1.136
Total	15.311	14.035	2.725	1.931	15.361	14.072	2.725	1.931

(18) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	102	90	467	268
Cíveis	4	78	93	112
Fiscais				
Outros	6.615	383	4.188	318
	6.615	383	4.188	318
Total	6.720	552	4.748	698

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	467	217	(92)	(582)	91	102
Cíveis	93	25	(20)	(104)	11	4
Fiscais	4.188	2.142	-	-	284	6.615
Total	4.748	2.384	(113)	(686)	386	6.720

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis**
Danos pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais**
Fiscais outros - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins. Com relação ao Pis e Cofins, a Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto nº 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a Companhia vem, desde então, provisionando os valores que deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por força da referida liminar. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo referente a esta ação é de R\$ 6.615.
- d. **Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas:
	31/12/2018	31/12/2017	
Trabalhistas	101	-	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	18.415	42.062	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	132.286	103.724	PIS, COFINS, CSLL e Imposto de Renda
Regulatório	10.487	9.372	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeiro
Total	161.289	155.158	

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 3.000.065 ações ordinárias, sem valor nominal.

19.1 Reserva de lucro

O saldo de R\$ 22.119 compreende o saldo das reservas: i) reserva legal de R\$ 600 e ii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 21.519.

19.2 Distribuição de dividendo e juros sobre o capital próprio ("JCP")

Na AGO de 26 de abril de 2018 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2017, através de declaração de dividendo adicional no montante de R\$ 70.343 e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 498.

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, para o exercício de 2018 foram declarados o montante de R\$ 22.875 a título de dividendos mínimos obrigatórios, conforme abaixo:

- Com base nos resultados do primeiro semestre de 2018, a Administração da Companhia obteve do Conselho de Administração da CPFL Energia a aprovação realizada em 07 de agosto de 2018, referente a distribuição de juros sobre capital próprio imputado ao dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 2.884 (R\$ 2.451 líquido do IRRF), sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,961349 (R\$ 0,817146 líquido de IRRF).
- O montante de R\$ 19.991 na forma de dividendos, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 6,663654.

Em 2018 a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.859.

19.3 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

- a) declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.884 (R\$ 2.451 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,961349 (R\$ 0,817146 líquido de IRRF), referente aos resultados do exercício de 2018; e
- b) constituição de reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 59.702.

Lucro líquido do exercício	91.502
Realização do resultado abrangente	(8.925)
Juros sobre o capital próprio intermediário	(2.884)
Lucro líquido base para destinação	79.693
Dividendo obrigatório	(19.991)
Base para destinação	59.702
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(59.702)

19.4 Lucro por ação - básico e diluído

O cálculo do lucro básico e diluído por ação são idênticos uma vez que a Companhia não possui nenhum efeito dilutivo, sendo apurado para 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 30,50 por ação (R\$ 31,50 por ação em 31 de dezembro de 2017), que foi baseado no lucro líquido atribuível à CPFL Brasil de R\$ 91.502 (R\$ 94.455 em 31 de dezembro de 2017) e no número médio de ações ordinárias em circulação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 de 3.000.065 ações (2.998.924 ações em 31 de Dezembro de 2017).

Nos exercícios de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação ou com efeito dilutivo, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

(20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	R\$ mil		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017
Receita de operações com energia elétrica				
Venda de energia	3.937.273	3.834.600	3.940.797	3.849.671
Outras receitas e rendas	22	505	22	505
Total da receita operacional bruta	3.937.295	3.835.104	3.940.820	3.850.175
Deduções da receita operacional				
ICMS	(96.726)	(91.262)	(96.778)	(91.429)
PIS	(62.711)	(61.986)	(62.768)	(62.232)
COFINS	(288.849)	(285.511)	(289.113)	(286.644)
	(448.286)	(438.759)	(448.659)	(440.306)
Receita operacional líquida	3.489.010	3.396.345	3.492.161	3.409.871

A receita de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2018 foram vendidos 20.046 GWh (20.134 GWh no consolidado) e em 2017 20.051 GWh (20.066 GWh no consolidado). As outras receitas operacionais, compreendem as receitas oriundas da descontração de energia por parte dos clientes no montante de R\$ 22 (R\$ 505 em 2017).

(21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	58	19	7.670	516	58	19	7.741	522
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	20.051	20.006	3.680.078	3.508.091	20.138	20.086	3.686.800	3.521.409
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(341.117)	(324.546)	-	-	(341.745)	(325.778)
Subtotal	20.109	20.025	3.346.632	3.184.061	20.197	20.105	3.352.796	3.196.153
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de serviço do sistema - ESS			(17)	1			197	165
Encargos de energia de reserva - EER							(253)	(303)
Crédito de PIS e COFINS			2	-			5	13
Subtotal			(15)	1			(51)	(125)
Total			3.346.617	3.184.061			3.352.745	3.196.028

(22) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Custo de operação		Despesas operacionais						Total	
			Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal	11.653	10.675	1.152	2.276	19.826	19.168	-	-	32.630	32.118
Material	59	104	1	6	93	64	-	-	154	174
Serviços de terceiros	829	423	40	105	7.495	7.689	-	-	8.364	8.216
Depreciação e amortização	144	121	99	311	2.081	2.601	-	-	2.323	3.033
Outros	57	53	(250)	901	6.262	4.359	(942)	303	5.127	5.616
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(251)	893	-	-	-	-	(251)	892
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	578	651	-	-	578	651
Publicidade e propaganda	-	-	-	1	1.563	1.025	-	-	1.563	1.025
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	1.533	474	-	-	1.533	474
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	519	362	-	-	519	362
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(942)	303	(942)	303
Outros	57	53	1	9	2.068	1.847	-	-	2.126	1.909
Total	12.740	11.376	1.042	3.599	35.757	33.880	(942)	303	48.597	49.158

	Consolidado									
	Custo de operação		Despesas operacionais						Total	
			Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal	11.653	10.688	1.152	2.276	19.826	19.168	-	-	32.631	32.132
Material	59	104	1	6	93	64	-	-	153	174
Serviços de terceiros	829	423	40	105	8.135	8.478	-	-	9.004	9.006
Depreciação e amortização	148	125	99	311	2.097	2.617	-	-	2.344	3.053
Outros	57	53	(250)	903	6.281	4.388	(942)	303	5.146	5.647
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(251)	893	-	-	-	-	(251)	893
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	587	661	-	-	587	661
Publicidade e propaganda	-	-	-	1	1.563	1.025	-	-	1.563	1.026
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	1.534	474	-	-	1.534	474
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	519	367	-	-	519	367
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(942)	303	(942)	303
Outros	57	53	1	9	2.078	1.862	-	-	2.136	1.924
Total	12.745	11.392	1.042	3.600	36.432	34.714	(942)	303	49.277	50.009

(23) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	10.682	14.139	10.812	14.421
Acréscimos e multas moratórias	2.402	2.285	2.436	2.286
Atualização de créditos fiscais	313	131	326	149
Atualização de depósitos judiciais	28	40	28	40
Juros sobre contratos de mútuo	72	410	-	303
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.142)	(1.177)	(2.162)	(1.193)
Outros	34.229	9.600	34.490	9.655
Total	45.584	25.428	45.929	25.659
Despesas				
Encargos de dívidas	(38.033)	(51.721)	(38.033)	(51.721)
Atualizações monetárias e cambiais	(17.821)	(3.347)	(17.821)	(3.347)
Outros	(3.228)	(3.648)	(3.260)	(3.702)
Total	(59.084)	(58.714)	(59.115)	(58.769)
Resultado financeiro	(13.500)	(33.286)	(13.186)	(33.110)

A rubrica atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos sendo apurado um ganho no montante de R\$ 51.530 em 2018 (R\$ 7.558 em 2017), conforme detalhe na nota 26.2.

(24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- b) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à principalmente serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- c) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 15.399 (R\$ 14.918 em 2017). Este valor é composto por R\$ 14.583 (R\$ 13.782 em 2017) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 85 (R\$ 154 em 2017) de benefícios pós-emprego e reversão de provisão de R\$ 731 (R\$ 982 em 2017), valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Compra e venda de energia e encargos								
Campos Novos Energia S.A.	-	823	203	189	-	9.757	1.212	1.131
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	8.260	8.038	-	-	85.729	83.359

Transações envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	61	2.347
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	-	1.059
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	-	(14)
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(41)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	390
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(69)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(27)
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	309	245
Rio Grande Energia S.A.	-	-	20	-	-	-	26	26
CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	10	-
Contratos de Mútuos								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	0	448
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	93.543	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	29	-	223	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	209	-	99	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	1	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	1	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	8	-	4	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	7	-	39	-	-	-	-
Campo dos Ventos I	7.864	-	-	-	-	-	-	-
Campo dos Ventos III	7.790	-	-	-	-	-	-	-
Campo dos Ventos V	7.870	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Dimas S.A.	9.351	-	-	-	-	-	-	-
São Benedito Energias S.A.	7.676	-	-	-	-	-	-	-
Santa Mônica Energias S.A.	8.706	-	-	-	-	-	-	-
Santa Úrsula Energias S.A.	8.452	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Martinho S.A.	5.161	-	-	-	-	-	-	-
São Domingos Energias S.A.	8.722	-	-	-	-	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	943	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	12.193	7	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	37	3	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	2	187	326	-	-	2.297	1.801
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	3	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	78	65	-	-	913	852
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	14	-	-	-	165	-	-
Companhia Jaguari de Energia	13	-	-	-	162	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	510	-	-	-	6.006	-	-
CPFL Sul Centrais Elétrica Ltda	-	-	(2.291)	(1.255)	-	-	7.790	7.831
CPFL BIOENERGIA S.A.	-	642	1.686	1.152	-	-	26.978	27.120
Paulista Lajeado Energia S.A.	522	49	-	-	2.442	291	-	-
SPE Turbina 14 Energia S.A	-	-	-	(65)	-	-	-	381
CPFL Bio Ipê Ltda.	-	-	1.836	692	-	-	17.133	17.223
CPFL Bio Buriti Ltda.	-	-	3.295	4.166	-	-	43.997	44.229
Campo dos Ventos I	-	-	1.920	-	-	-	21.418	-
Campo dos Ventos III	-	-	1.872	-	-	-	21.106	-
Campo dos Ventos V	-	-	1.838	-	-	-	20.569	-
Chimay Ltda	-	-	6.197	5.787	-	-	50.992	49.531
Mohini Ltda	-	-	(8.864)	(4.971)	-	-	44.515	43.240
Jayaditya Ltda	-	-	(6.241)	(3.597)	-	-	26.226	25.474
SPE Bio Alvorada S.A.	-	-	507	(1.377)	-	-	30.798	29.918
SPE Bio Coopcana S.A.	-	-	-	-	-	-	30.816	-
Ventos de Santo Dimas S.A.	-	-	1.735	-	-	-	27.366	-
São Benedito Energias S.A.	904	-	1.599	-	-	-	25.886	-
Santa Mônica Energias S.A.	-	-	1.481	-	-	-	25.072	-
Santa Úrsula Energias S.A.	-	-	1.639	-	-	-	27.051	-
Ventos de São Martinho S.A.	-	-	846	-	-	-	13.675	-
São Domingos Energias S.A.	-	-	1.243	-	-	-	20.985	-
CPFL Bio Ester Ltda.	-	-	1.827	-	-	-	13.364	-
CPFL Renováveis	-	521	-	-	3.074	3.094	3.091	15.116
SPE Solar 1 Energia S.A.	-	-	73	-	-	-	391	-

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	2018	2017
Outras operações financeiras								
Campo dos Ventos I	-	-	-	-	-	-	(526)	-
Campo dos Ventos III	-	-	-	-	-	-	(521)	-
Campo dos Ventos V	-	-	-	-	-	-	(527)	-
Ventos de Santo Dimas S.A.	-	-	-	-	-	-	(626)	-
São Benedito Energias S.A.	-	-	-	-	-	-	(574)	-
Santa Mônica Energias S.A.	-	-	-	-	-	-	(583)	-
Santa Úrsula Energias S.A.	-	-	-	-	-	-	(566)	-
Ventos de São Martinho S.A.	-	-	-	-	-	-	(345)	-
São Domingos Energias S.A.	-	-	-	-	-	-	(584)	-
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	415	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	13	-	-	-	-	-

(*) As informações referentes aos resultados de 2018 estão apresentadas na Companhia Jaguari de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2017.

(**) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultado realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia.

(25) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	5.021
Automóveis	Cobertura compreensiva	727
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	9.940
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	206.500
Total		222.188

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre a Companhia e suas controladas. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível(*)	Controladora 31/12/2018		Consolidado 31/12/2018	
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	94.306	94.306	94.874	94.874
Derivativos	26	(a)	Nível 2	75.010	75.010	75.010	75.010
				169.316	169.316	169.884	169.884
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14(**)	(a)	Nível 2	629.423	629.423	629.423	629.423
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	113.879	113.846	113.879	(113.846)
Derivativos		(a)	Nível 2	2.496	2.496	2.496	2.496
				745.798	745.765	745.798	518.073

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 13.616 em 2018 (um ganho de R\$ 11.932 em 2017).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; e
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) consumidores e concessionárias a pagar.

Adicionalmente, não houve em 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge*

cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 14 e 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	74.032	-	75.010	90.039	(15.029)	US\$ + de 2,3% a 4,18%	101,6% a 107% do CDI	jun/19 a out/20	503.000
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	978	(2.496)	(2.496)	1.713	(4.209)	Euro + 0,42%	102% do CDI	abr/19	45.000
Total	75.010	(2.496)	72.514	91.752	(19.238)				
Circulante	978	2.496							
Não Circulante	74.032	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2017	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2018
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	15.676	76.076	-	91.752
Para dívidas não designadas a valor justo	-	(2.039)	2.039	-
Marcação a mercado (*)	(7.005)	(12.233)	-	(19.238)
	8.671	61.804	2.039	72.514

(*) Os efeitos no resultado de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 12.233 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 14 e 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2017 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2018	2017	2018
Varição de taxas de juros	(2.039)	-	-
Varição cambial	63.463	14.567	-
Marcação a mercado	(11.933)	(7.009)	(4)
	49.490	7.558	(4)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(582.981)		(17.302)	132.769	282.839
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	586.658		17.411	(133.606)	(284.623)
	3.677	baixa dolar	109	(837)	(1.784)
Instrumentos financeiros passivos	(46.442)		(2.937)	9.408	21.753
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	46.461		2.938	(9.412)	(21.762)
	19	baixa euro	1	(4)	(9)
Total	3.696		110	(841)	(1.793)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			110	(841)	(1.793)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2018 foi de R\$ 3,87 para o dólar e R\$ 4,44 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 3,99 e R\$ 4,72 e a depreciação cambial de 2,97% e 6,32%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2018 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Consolidado						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil					
			Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável			
Instrumentos financeiros ativos	94.820				6.230	7.787	9.345	
Instrumentos financeiros passivos	(118.658)				(7.796)	(9.745)	(11.694)	
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(560.605)				(36.832)	(46.040)	(55.248)	
Total	(584.443)	alta CDI	6,40%	6,57%	(38.398)	(47.998)	(57.597)	
Efeitos no resultado do período					(38.398)	(47.998)	(57.597)	

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era representado pelo saldo total registrado apresentado na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2017 e

2018 indicadores de que os títulos tivessem uma perda por redução ao valor recuperável, utilizando o critério de perdas esperadas.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2018	Nota explicativa	Consolidado				Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	
Fornecedores	13	284.838	-	-	81.046	365.884
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	488	7.883	175.719	514.096	698.186
Derivativos	26	-	-	2.528	-	2.528
Debêntures - principal e encargos	15	-	-	8.577	120.113	128.690
Outros	17	33	(41)	-	-	(8)
Consumidores e concessionárias		33	(41)	-	-	(8)
Total		285.359	7.842	186.824	715.255	1.195.280

(27) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2018	Duração	Consolidado			Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Aluguéis	até 3 anos	54	68	-	122
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 19 anos	2.942.635	3.162.746	1.735.303	8.643.019
Total		2.942.689	3.162.814	1.735.303	16.483.825

(28) GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Companhia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 26.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelo segmento de comercialização através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As chuvas abaixo do normal observadas no período de maio a setembro não causaram risco de abastecimento energético em 2018, porém incorreram em forte despacho termoeletrico e consequente redução da geração hidroelétrica, o que impactou significativamente os custos com compra de energia e encargos para os agentes do setor elétrico neste período.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(29) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Outras transações		
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	-	285
Constituição de reserva com perdas com investimentos	16.139	4.911

(30) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

Emissão de debêntures

Em 2019, foram emitidas debêntures simples 5ª emissão de 1ª e 2ª série, no montante de R\$ 105.000 e 220.000, respectivamente. Os recursos obtidos serão destinados para reforço do capital de giro. Os juros serão pagos semestralmente.

DIRETORIA

**RICARDO MOTOYAMA DE
ALMEIDA**
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

**WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE
FREITAS**
Diretor Administrativo

ZHANGYAN FU
Diretor

QUAN GE
Diretor

MINGZHI HAN
Diretor

CONTABILIDADE

**MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO
MENDES**
Coordenador de Serviços
Contábeis e Ativo Imobilizado
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes
Avenida Coronel Silva Telles, nº 977, 10º andar - Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Comercialização Brasil S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Comercialização Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Comercialização Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- (a) Investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial**
(Consulte as notas explicativas 1 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia detém participação societária em uma empresa de energia de capital aberto avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e que se trata de investimento com influência significativa. Essa

investida registra estimativas contábeis críticas relevantes, que envolvem um alto nível de julgamento na sua avaliação, e que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante, como descrito a seguir:

- Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada, que leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores;
- Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos.

Devido à relevância do investimento e resultados desta investida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, assim como a mensuração das estimativas contábeis desta investida envolverem julgamento significativo e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas possam gerar nas demonstrações financeiras da investida e conseqüentemente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os procedimentos de auditoria efetuados na investida foram:

(i) Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada: Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.

(ii) Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos: Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia e as taxas de desconto e comparamos com dados disponíveis no mercado. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 11 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0